



**ATA DA REUNIÃO DE
VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE 2019**

-----No dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade de Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Maria Helena Antunes Barata Moniz e António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.---

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.---

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES/ANO LETIVO 2019/2020-----

3.3 – OBRAS PARTICULARES/CRISTIANO DE JESUS PEREIRA-----

3.4 – OBRAS PARTICULARES/CARLA CRISTINA M. F. E SILVA-----

3.5 – OBRAS PARTICULARES/LUÍS FILIPE MARTINS NEVES-----

3.6 – OBRAS PARTICULARES/ANTHONY JOHN WIXON-----

**3.7 – “REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA E RUAS ENVOLVENTES” –
AUTO N.º 1 TRABALHOS A MENOS E RECEPÇÃO PROVISÓRIA-----**

**3.8 – PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU
PONTE DE SÓTÃO/INÍCIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA-----**

**3.9 – PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU
DA ARU DA VÁRZEA GRANDE – VILA NOVA DO CEIRA/INÍCIO DE DISCUSSÃO
PÚBLICA-----**

3.10 – RELATÓRIO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO/SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO-----

3.11 – SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO/FUNDOS DISPONÍVEIS-----

3.12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – A senhora Presidente informou o Executivo que a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz não iria estar presente na reunião por motivos de saúde, tendo a sua falta sido justificada.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção informando que no período da tarde irá ser celebrada a escritura de compra e venda do Lote nº3 da Zona Industrial de Várzea Pequena, freguesia de Vila Nova do Ceira, com a empresa Advanced Green – Engenharia Natural e Urbana, Lda., pelo que caso a reunião se prolongue após as 14.00 horas terá que se ausentar para outorgar a referida escritura.-----

-----Informou que, no dia 03.10.19, o Município de Góis irá acolher a reunião ordinária da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, a qual terá lugar no auditório da Biblioteca Municipal António Francisco Barata, pelas 15.00 horas. Mais informou que, no período antecedente à mesma, será servido um almoço a todos os intervenientes, pelas 13.00 horas, em local a designar, pelo que convidou o Executivo a associar-se à refeição e, posteriormente, à reunião. -----

-----Informou que no âmbito das negociações com a DGEstE o Centro Escolar da Freguesia de Alvares acolhe, a partir do ano letivo em curso, a valência de jardim de infância da rede pública, tendo uma frequência de cinco crianças e, naturalmente, uma Educadora de Infância, congratulando-se pela Câmara Municipal ter conseguido este feito, o qual irá dar uma outra dinâmica a este equipamento que neste ano letivo acolhe seis crianças do 1º CEB. Mais informou, que a senhora Diretora da DGEstE irá efetuar uma visita ao local, pelo que quando esta estiver agendada, será dado conhecimento ao Executivo para se associar à mesma.-----



-----Informou que, no dia 12.09.19, como vem sendo habitual a Câmara Municipal promoveu a sessão de boas vindas ao pessoal docente e não docente do Agrupamento de Escolas de Góis a qual culminou com um almoço na Residência de Estudantes de Góis. Mais informou, que o ano escolar abriu com sucesso, estando o quadro de docentes preenchido.-----

-----Informou que no âmbito do protocolo com a Fundação Altice, na passada semana foi inaugurada a Cabine de Leitura, sita, na Av. de Camões, junto à sede do Agrupamento de Escolas de Góis, tendo a cerimónia de inauguração contado com a presença do senhor Administrador Executivo, Eng.º João Zuquete, e da senhora Conselheira da Fundação Altice, Dr.ª Maria de Belém Roseira. Mais informou, que com o mote “Levar, doar, ler, devolver” este projeto de reabilitação de cabinas telefónicas antigas demonstra a preocupação da Fundação Altice nas áreas de educação, cultura e responsabilidade social, aliando-se a vários dos seus pilares estratégicos, como a intervenção social, a inovação e a proximidade às pessoas e às comunidades locais. Informou ainda, que é da responsabilidade da Câmara Municipal, através das Técnicas da Biblioteca Municipal efetuar o acompanhamento e zelar pelo bom funcionamento deste equipamento.-----

-----Informou que, a convite do senhor João Baeta, esteve presente na cerimónia comemorativa do 50º Aniversário da Empresa Olegário Fernandes, iniciativa que contou também com a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr.º Basílio Horta, tendo feito um discurso ao trabalho meritório desenvolvido ao longo dos anos pela empresa, bem como dirigido convite ao senhor João Baeta para integrar os corpos sociais da Associação Empresarial de Sintra. Mais informou que é também sua intenção que a Câmara Municipal de Góis proceder a uma condecoração à empresa, lembrando que a mesma também já laborou em Góis através da empresa Bobirótulo-Indústria de Rótulos e Embalagens, sediada no Pólo Industrial de Góis.-----

-----Informou que, no dia 27.09.18, irá se realizar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, a qual terá lugar no salão da 4ª secção da Associação

Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis, em Alvares, pelas 18.00 horas, estando disponível transporte para quem desejar.-----

-----Informou da comunicação remetida pelo Fundo Norueguês no âmbito da candidatura para a valorização do rio Ceira, na sua extensão entre os concelhos de Góis, Arganil, Lousã e Pampilhosa da Serra, a qual prevê a recuperação do património edificado - açudes, azenhas, moinhos, lagares e demais estruturas onde tenha existido intervenção humana, tal como tinha anunciado o senhor Dr. Carlos Martins, aquando Secretário de Estado do Ambiente. Informou ainda dos valores consideráveis afetos à candidatura para desenvolver os trabalhos em questão, os quais irão ser repartidos pelos quatro concelhos intervenientes neste processo.-----

-----Relativamente à APIN informou que estamos perante um processo com alguma complexidade relativamente ao funcionamento e à ligação da Câmara Municipal com a empresa que criámos, porquanto a mesma foi criada por unanimidade tanto do órgão executivo como do órgão deliberativo. Referiu que integram a APIN onze concelhos, realçando que foi feito um estudo, tendo sido feitos vários cenários daquilo que se perspetiva para o futuro, nomeadamente quanto às tarifas de água. Referiu que não irá permitir que nem pessoas que ocupam lugares na Câmara Municipal por si confiados, nem Chefias que tenham o comportamento de estar a passar informação aos trabalhadores que não corresponda à verdade. Referiu tratar-se de um processo livre e só irá para a empresa quem o desejar, pelo que não irá permitir boicotes, nem que estejam a desinformar os trabalhadores. Referiu que esta situação já foi vivida aquando da Transdev, sendo certo que dos oito trabalhadores seis aceitaram. Referiu que não irá ninguém para APIN obrigado, recordando que cabe às Chefias esclarecer todos os trabalhadores, sendo um processo complexo, com mais de vinte trabalhadores que, seguramente, ficarão connosco, sendo que quem desejar passar para a empresa terá que responder até 31.10.19, estando previsto que a empresa comece a laborar no dia 02.01.20. Quanto ao funcionamento referiu que

cada município irá ter um centro operacional podendo este ficar sediado no Parque Municipal, sendo neste que ficarão os trabalhadores a exercer as suas funções. Para terminar, referiu que a Câmara Municipal terá que pensar na estratégia a partir de janeiro de 2020, porquanto irá ficar sem o serviço de águas, saneamento e de recolha de resíduos, informação do conhecimento dos encarregados e dos respetivos trabalhadores. Acrescentou que, caso os trabalhadores não estejam interessados em passar para a empresa, obviamente, que terá que existir uma reafecção do pessoal porquanto haverá um conjunto de serviços que irão ser encerrados.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues questionando sobre a entrega da listagem que solicitou em anterior reunião da Câmara Municipal relativamente à questão dos processos de obras particulares existentes no município. Referiu que na reunião da Câmara Municipal, realizada no p.p. dia 27.08.19, foi aprovado em minuta, a minuta do contrato relativo à empreitada de construção de bar/restaurante, arranjos exteriores, ponte pedonal e apoio da praia fluvial de Alvares, pelo que questionou o ponto de situação deste processo.-----

-----A senhora Presidente informou que sobre a listagem solicitada relativa aos processos de obras particulares irá proceder à sua entrega. Quanto ao ponto de situação a referida minuta de contrato deu a palavra ao senhor Vereador Mário Barata Garcia para se pronunciar.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu a existência de falta de documentação por parte da empresa aguardando a Câmara Municipal a sua receção para elaboração do respetivo contrato, realçando que o início da empreitada está agendado para muito em breve, e que este procedimento ainda está dentro do prazo estabelecido.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio relembando da situação do avançado estado de degradação em que se encontra

uma habitação na Rua Olinda Ferreira Dias Nogueira, pelo que renovou as suas palavras no sentido de que a Câmara Municipal tome os devidos procedimentos sob pena de ocorrer algum acidente podendo daí resultarem danos pessoais com consequências para o município. Referiu que na povoação de Aldeia Velha houve a alteração em algumas luminárias, questionando se é da competência da Câmara Municipal esse serviço ou da EDP, porquanto deveriam ser tomados procedimentos para que a rede de iluminação pública fosse igual em toda a localidade. Referiu que no que concerne ao troço desclassificado da EN 2 Góis – Vila Nova de Poiares verifica-se que este se encontra cada vez mais perigoso, não tendo sido após os incêndios de outubro do ano de 2017 feito qualquer tipo de intervenção relativamente à sinalética horizontal e vertical, bem como à necessidade de colocação de railes de proteção em algumas zonas deste troço. Pelo que, aproximando-se a época de maior intensidade de chuvas e nevoeiro poderão ocorrer acidentes nesta zona, pelo que entende que alguma coisa deverá ser feita no sentido de prevenir a ocorrência dos mesmos.-----

-----Relativamente às palavras proferidas pela senhora Presidente, em relação à reunião realizada com os trabalhadores da Câmara Municipal afetos ao serviço de águas no âmbito da recente criação da empresa APIN, referiu que a adesão do Município de Góis a esta, teve como base a deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal perante a informação apresentada que esteve na sua origem, tendo sido entendimento dos dois órgãos que a melhor opção seria aderir à empresa por todas as razões que foram elencadas, nomeadamente no acesso aos financiamentos comunitários que permitam fazer alguns investimentos nas diversas áreas em que a empresa vai laborar. Porém, referiu tratar-se de um processo que pode ter implicações com a vida das pessoas tanto ao nível pessoal como também ao nível da gestão do próprio município, pelas razões elencadas pela senhora Presidente. Referiu que para além da informação prestada pela empresa, que é quem está dentro de todos os procedimentos e daquilo que de facto vai acontecer e pode informar as pessoas com o que irão ser confrontadas,

é seu entendimento que previamente deveria ter sido efetuada reunião com os trabalhadores para os alertar para as mudanças que advém da nova empresa, uma vez que os “burburinhos” resultam do facto de não ter havido da parte de alguém com responsabilidade dentro da Câmara Municipal, a prestação da informação certa, adequada e idónea para que as pessoas possam pensar na opção que têm que tomar, pelo que lhe parece que sobre este assunto houve uma lacuna. Referiu que no âmbito dos diversos prestadores de serviços que têm contratos com a Câmara Municipal na área em questão, questionou se os mesmos estão em vigor e se irão prolongar-se e/ou se irão ser renovados com a certeza de que certamente não poderão ser para além do dia 02.01.2020, porquanto após essa data a competência passará para a APIN. -----

-----Prosseguiu, referindo que a Câmara Municipal de Coimbra irá implementar o Programa Municipal de Educação Rodoviária, em parceria com os Agrupamentos de Escolas, nas turmas do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) da rede pública concelhia. Referiu que este programa aposta no desenvolvimento de conhecimentos e competências nas crianças, que promovam a adoção de atitudes e comportamentos adequados no trânsito, enquanto peões, passageiros e futuros condutores. Referiu que o Programa Municipal de Educação Rodoviária objetiva apostar na educação das crianças para as questões rodoviárias, para que aprendam a ser peões, passageiros e futuros condutores seguros e conscientes e possam, ainda, ajudar os pais e outros familiares a mudarem os maus hábitos e comportamentos no trânsito. Por se tratar de um Programa que entende ser vantajoso em termos de segurança rodoviária, referiu que a Câmara Municipal de Góis poderia naturalmente proceder à implementação do mesmo programa dentro da área do município.-----

-----Referiu que no p.p. dia 05.09. foi publicada a Lei nº99/2019, relativa à primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT). Salientou que os princípios de programação e execução desta legislação incidem na elaboração de estratégias, de programas e de planos territoriais ou com

incidência territorial é condicionada pelo quadro de referência do PNPOP, nomeadamente os princípios da coesão territorial e da competitividade externa, os desafios e opções estratégicas e o modelo territorial constantes do relatório, bem como as medidas de política, os compromissos e as diretrizes constantes do programa de ação. Referiu que a concretização das medidas preconizadas no programa de ação é assegurada através de financiamento público, com recurso a fundos nacionais e europeus. Referiu que o PNPOP articula-se com o Plano Nacional de Investimentos (PNI), o Programa de Valorização do Interior (PVI) e o Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM) mas é funcional e estruturalmente independente, constitui o referencial territorial orientador na definição da Estratégia Portugal 2030, bem como para a elaboração do Programa Nacional de Investimentos 2030, no âmbito do qual serão concretizados os projetos estruturantes que servem de base às opções estratégicas e modelo territorial do PNPOP e detalhada a programação operacional dos investimentos a realizar. Referiu que incumbe às autarquias locais o desenvolvimento e a concretização do programa de ação, designadamente através da execução das medidas de política e dos compromissos e das diretrizes constantes do mesmo.-

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que quanto à casa em avançado estado de deterioração na citada rua questionou o senhor fiscal, João Santa Cruz, sobre os procedimentos tomados relativamente ao assunto.-----

-----Dada a palavra, o senhor João Santa Cruz, deu conhecimento que o serviço de fiscalização da Câmara Municipal deslocou-se ao local para verificar a situação, tendo tomado para o efeito os procedimentos de acordo legislação em vigor.-----

-----A senhora Presidente referiu que efetivamente o serviço de fiscalização já tomou os procedimentos necessários em relação à situação em causa. Porém, o senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu a existência de um processo de obras, pelo que solicitou que o senhor João Santa Cruz que solicitasse à senhora Chefe DGUPA para que verificasse o processo em questão.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia referindo que o objetivo deste projeto de financiamento para intervenção do rio Ceira tem como objetivo da sua adaptação às alterações climáticas. Referiu ter o fundo o valor de 2.600 mil euros, ultrapassando assim o montante de financiamento indicado inicialmente pelo senhor Secretário de Estado do Ambiente, montante esse que já se encontra repartido pelas entidades envolvidas neste processo, designadamente: a Agencia Portuguesa do Ambiente (APA), a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, bem como pelos municípios envolvidos no mesmo, (Pampilhosa da Serra, Arganil, Góis e Lousã) estando praticamente reunidas todas as condições para que se possa proceder à sua assinatura do referido contrato.-----

-----Referiu que quanto ao transporte a pedido o mesmo irá complementar o Sistema já implementado do GóisSim, existindo sete rotas, nomeadamente, Cadafaz-Góis, Ádela-Cabreira, Malhada-Cabreira, Mega Fundeira-Alvares, Amiosinho-Cabeçadas, Carrasqueira-Catraia da Roda, ligando estas rotas com o percurso do GóisSim, com destino à Vila de Góis. -----

-----Referiu que, semanalmente, está a decorrer um encontro entre a comunidade estrangeira sediada em Góis e na Lousã para que em convívio com a comunidade portuguesa possa aprender a língua portuguesa e o inglês. Referiu que o encontro decorre todas as sextas feiras, na sede da Cooperativa Social e Agro - Florestal de Vila Nova do Ceira, pelas 18.30 horas, sendo uma oportunidade para todos quanto desejarem desenvolver a língua inglesa e portuguesa convívio entre gerações e comunidades de diversos países.-----

----- O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio questionou sobre como é que irá ser operacionalizada a solicitação do transporte a pedido.-----

-----Sobre esta questão o senhor Vereador Mário Barata Garcia informou que irá esta informação ser devidamente divulgada, e o pedido será feito através de uma central, tendo para o efeito dado conhecimento do processo que se está a desenvolver com o envolvimento da rede de táxis do concelho.-----



-----A senhora Presidente referiu que sobre o PNPOT a Câmara Municipal também contribuiu com algumas sugestões, como todos os municípios que integram a CIM-RC, porém maioritariamente os contributos não foram aceites.---

-----Sobre o Programa Municipal de Educação Rodoviária da Câmara Municipal de Coimbra e a proposta do senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio de a Câmara Municipal de Góis por em prática um Programa semelhante acolhe com agrado a ideia, sendo uma estrutura local que se pode implementar. -

-----Sobre a APIN referiu subscrever as palavras proferidas pelo senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, salientando a existência das Chefias intermédias, as Vereações, os Encarregados e, naturalmente compete também à Presidente da Câmara Municipal proceder à divulgação da melhor informação sobre este processo junto dos trabalhadores da Câmara Municipal. Referiu que estamos a falar de um conjunto de trabalhadores que pertencem na sua maioria à DGUPA, que exercem as suas funções com empenho e dedicação, sendo que havia um trabalho que deveria ter sido efetuado por quem está nos lugares intermédios, ou seja, pelos Chefes de Divisão, porquanto este processo envolve particularmente a DGUPA e a DAG. Referiu não admitir que não se tenham lembrado da existência de contratos, salientando que ainda há pouco tempo foi celebrado um contrato de três anos com um prestador de serviços, pelo que as unidades orgânicas não têm que acautelar estas situações, a não ser que ninguém esteja a acompanhar este processo. Referiu que na reunião realizada foi a sua pessoa que alertou para essa questão, salientando o protocolo que a Câmara Municipal tem com a CESAB, estando a ser elaborados os Documentos Previsionais/Ano 2020 havendo necessidade de algumas despesas serem acauteladas, pelo que se trata de um trabalho que envolve várias pessoas dentro da Câmara Municipal, devendo estas terem a mesma informação sobre o processo da APIN. -----

-----Quanto à situação da casa em degradação na Rua Olinda Dias Ferreira Nogueira referiu que aguarda que os serviços da DGUPA até ao final da reunião

Ihe comuniquem qual o ponto de situação do processo.-----

-----Quanto à EN 2 referiu que em anterior reunião da Câmara Municipal foi mencionado que a Câmara Municipal não iria intervir nesta via porquanto estávamos à espera da candidatura no âmbito dos incêndios de outubro de 2017, sendo certo que a candidatura não contempla a sinalização vertical e horizontal, em virtude de quando se fez o levantamento dos prejuízos entenderam que não iria ser contemplada a sinalética porque não tinha sentido, uma vez que a estrada necessita de correção de quatro ou cinco depressões, pelo que não tinha sentido colocar sinalética horizontal quando existem zonas da via em que existem depressões. Referiu que era muito mais fácil a Câmara Municipal assumir somente as depressões do que assumir as depressões e trinta mil euros de sinalética. Referiu que após conhecimento de todo este processo contactou a senhora Presidente da CCDRC tendo sido explicado que por lapso não foi contemplada na candidatura a sinalética, bem como falou com o gestor do POAT para que fosse inserido a sinalética, tendo obtido como resposta que o município tem um valor de cinquenta e cinco mil euros pelo que deve o mesmo ser utilizado onde o município assim o entender, tendo para o efeito explicado os trabalhos que poderão ser efetuados, nomeadamente em termos de sinalética vertical e horizontal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO:-----

-----a) Usou da palavra o senhor Dr. António Duarte, com residência em Soito, que iniciou a sua intervenção felicitando a Câmara Municipal pelas obras de requalificação da pavimentação entre a localidade de Soito e Malhada, prevalecendo-se da oportunidade para mencionar a importância que seria também importante e interessante que a ligação rodoviária até a Fajão, concelho de Arganil fosse também objeto de requalificação, em virtude de ser uma passagem bastante movimentada em termos turísticos. Referiu a importância da existência de sinalética de boas vindas ao concelho nas várias entradas do

concelho. Referiu que na sequência das limpezas já realizadas no vale do Ceira apraz-lhe mencionar que muito trabalho ainda há a fazer, uma vez que, pelo o que pode constatar, há zonas deste percurso que se encontram limpas e outras ainda que carecem dessa mesma limpeza, existindo algumas zonas que aquando a passagem de duas viaturas se torna difícil a circulação em segurança devido ao excesso de vegetação existente, realçando que também as valetas necessitam de limpeza, uma vez que se aproxima a época de maior ocorrência de chuva. Ainda sobre o processo de limpezas questionou qual o prazo para a sua conclusão.-----

-----Relativamente à informação prestada pela senhora Presidente no âmbito da transferência de alguns trabalhadores afetos ao serviço de águas da Câmara Municipal para a APIN, referiu ser do seu conhecimento que no que concerne às tarifas a praticar que irá haver um aumento substancial, pelo que é importante que esta questão seja também devidamente esclarecida aos consumidores.-----

-----Relativamente ao Fundo Norueguês referiu que se trata de um processo que mereceu o seu acompanhamento tendo feito alguma conexão com algumas entidades envolvidas neste processo nomeadamente com a Embaixada da Noruega que remeteram para a APA e para a Secretaria de Estado do Ambiente. Referiu que no Plano de Atividades da APA para o ano de 2019 verifica-se a existência do valor de dois milhões e seiscentos mil euros. Referiu que o senhor Vereador Mário Barata Garcia fez alusão ao envelope financeiro, questionando se o mesmo fosse também distribuído pelos municípios, e se o foi o que é que cada município já incluiu neste processo. Referiu que efetivamente neste processo preocupa o concelho todo, porém é também sua preocupação as zonas onde o rio é partilhado com outros concelhos, i.e., a partir da foz de Ádela o rio é partilhado com Arganil, para cima é partilhado com Pampilhosa da Serra e Arganil, pelo que quando o rio é partilhado com mais de um concelho se não existir um comunidade supraconcelhia podemos estar a criar zona terra de ninguém, não

sabendo até que ponto estas zonas serão ou não intervencionadas, e se estas foram acauteladas no processo.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que o financiamento está distribuído por grandes grupos, faltando apenas decidir quem é que irá gerir as intervenções, se por administração da CIM-RC ou pelos Municípios. pelo que sendo projeto intermunicipais por regra a CIM-RC assume a gestão.-----

-----A senhora Presidente referiu que a nossa maior defesa é que se a Lousitânea que está na génese de todo este projeto e que entretanto foi preterida, tendo a mesma há alguns anos a esta data que abriu a oportunidade de fazer um estudo de todo o património do Vale do Ceira, tendo apresentado o que pretendia ao Município de Góis, posteriormente ao Município de Pampilhosa da Serra e Arganil que também aderiu e, posteriormente ao Município de Lousã. Pelo que referiu que é de inteira justiça que a Lousitânea não fique de fora deste processo, porquanto é a única forma de termos a certeza de que o processo iria ser bem gerido em nome do Ceira e, sobretudo, para Góis. Referiu que quem irá assinar o documento será um representante do Fundo Norueguês, Fundo Ambiental, APA e os respetivos Municípios. -----

-----Dada a palavra, o senhor Dr. António Duarte referiu que a sua questão prende-se sobretudo no que é que irá ser feito ao longo do percurso do rio no nosso concelho e nas zonas em que o rio é partilhado.-----

-----A senhora Presidente referiu que quem fez o levantamento no rio no concelho foi o senhor Jorge Lucas acompanhado de alguns munícipes e que poderá efetivamente dar o seu contributo no desenrolar de todo este processo.-----

-----Relativamente às pavimentações que foram objeto de intervenção referiu que irá deslocar-se ao local para verificar as situações que apresentou, salientando que no âmbito dos incêndios de 2017 somente podem ser apresentadas candidaturas das pavimentações que foram destruídas pelos incêndios, pelo que havendo outras zonas que necessitam de se reparadas terão que ser financiadas pelo orçamento da Câmara Municipal. -----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que relativamente às tarifas a praticar pela APIN existe apenas uma simulação dos valores que poderão vir a ser praticados, sendo o 1º escalão de valor mais reduzido do que o atualmente é praticado, haverá, contudo, uma penalização para os escalões seguintes. -----

-----Dada a palavra, o senhor Dr. António Duarte referiu que as tarifas praticadas pela Câmara Municipal de Góis enquadram as Associações no mesmo escalão que as Empresas, pelo que numa revisão das tarifas pensa que se deveria repensar essa posição, porque não faz sentido que uma Associação que tem um papel fundamental numa aldeia deveria ser beneficiada, ou seja, deveria tabelar-se pelos preços que são praticados por particulares. -----

-----A senhora Presidente referiu que as tabelas praticadas pela Câmara Municipal não correspondem ao verdadeiro custo da água e no futuro terá que o passar a fazer. Referiu ainda, que a Câmara Municipal nunca efetuou o pagamento do consumo de água no seu edifício, sendo que com a gestão da APIN terá que efetuar todo o pagamento do consumo de água.-----

-----Relativamente às limpezas do Vale do Ceira referiu que durante décadas a limpeza foi realizada pelos trabalhadores da autarquia, sendo que não sabe o porquê de as mesmas não serem presentemente efetuadas pelos trabalhadores da Câmara Municipal, porquanto existem mais trabalhadores. Referiu que atendendo a que cada vez mais nos exigem mais, sendo a receita da Câmara Municipal sempre a mesma com tendência a baixar, de acordo com o orçamento municipal foi feito um estudo de todo concelho cumprido a legislação em vigor e os montantes associados, sendo o valor incomportável para o município somente se a Câmara Municipal contraísse um empréstimo. Nesse sentido, juntamente com técnicos que entendem da matéria foi por si decido a realização de quatro lotes tendo sido lançado procedimento para dois lotes, Góis até ao limite do concelho EN2 e o Vale do Ceira até à Cabreira. -----

-----b) Usou da palavra o senhor José Augusto Oliveira Rodrigues, residente em Góis, referindo que a sua pessoa comunga com a preocupação demonstrada pelo

senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio quanto ao troço desclassificado da EN2 Góis- Vila Nova de Poiares, em virtude de considerar que o mesmo se encontra perigoso para quem nele circula, salientando que já apresentou uma queixa no Portal da Queixa, não tendo até à data qualquer resposta à mesma, alertando que aproximando-se o período invernal será um troço com fracas condições de circulação, por falta de sinalética, tanto ao nível horizontal, como vertical.-----

-----Quanto à empreitada de requalificação da Praça da República e ruas envolventes referiu que efetivamente a rampa existente junto à residência de Estudantes está mal sinalizada, colocando em risco as viaturas que ali circular, realçando o facto de ter sido colocado um sinal amovível de perigo, o qual foi colocado dentro da faixa de circulação, obrigando as viaturas as deslocarem-se para a sua esquerda, pelo que entende que tem de ser tomada uma decisão eficaz sobre a sinalética para este local. Ainda sobre esta empreitada, referiu que na Rua do Celeiro, existem remates feitos no âmbito da mesma, porém existem sítios em que não foram objeto de remate, pelo que questionou se a empreitada já se encontra concluída.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que no que concerne à conclusão da referida empreitada, está programada uma vistoria aos trabalhos efetuados, no sentido de se verificar que o que consta no caderno de encargos foi devidamente realizado. Ainda sobre a rampa existente na Rua Com. Bebiano Baeta Neves, referiu que se prevê a colocação de redutores de velocidade em borracha aquando a aproximação à rampa, por forma a evitar danos nas viaturas que por ali circulam.-----

-----A senhora Presidente questionou o senhor Eng.º Carlos Cabaço se a vistoria à empreitada de Requalificação da Praça da República e ruas envolventes já se encontra agendada e quem são os intervenientes que irão estar na mesma.-----

-----Dada palavra, o senhor Eng.º Carlos Cabaço referiu que vistoria já se em marcada sendo a sua pessoa que irá estar na mesma com o Técnico da Empresa

da Empresa.-----

-----A senhora Presidente informou o Técnico que foi alertada que na Rua do Celeiro que existem remates que ainda não estão concluídos, pelo que é importante verificar todas as situações. Questionou sobre a possibilidade de ser a empresa a promover a diminuição do perigo que está a rampa.-----

-----Dada palavra, o senhor Eng.º Carlos Cabaço referiu que o que foi realizado foi de acordo com a documentação para o efeito. -----

-----A senhora Presidente referiu que o senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que no âmbito de uma outra empreitada que será feita intervenção no local.-----

-----Dada palavra, o senhor Eng.º Carlos Cabaço referiu desconhecer.-----

-----O senhor Vereador Mário Barata Garcia referiu que efetivamente não faz parte desta empreitada a intervenção já referida.-----

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal questionou que em situação de acidente que a Câmara Municipal terá que pagar os danos causados nas viaturas.-----

-----Dada palavra, o senhor Eng.º Carlos Cabaço referiu que sobre esta questão aprez-lhe questionar se também os condutores cumpriram as regras de circulação impostas na via.-----

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que se a sinalética está em consonância com a legislação não entende o porquê de estarem a ser apresentadas contas de danos de veículos à Câmara Municipal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

3 – ORDEM DO DIA:-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia nove de setembro do ano de 2019, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

3.2 – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES/ANO LETIVO 2019/2020 – A

senhora Presidente referiu que o Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, regula o transporte escolar e prevê a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, pela Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 186/2008, de 19 de setembro, pelo Decreto-lei n.º 29-A/2011, de 1 de março e pelo Decreto Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto). -----

-----Referiu que o Plano de Transportes foi elaborado com base nos elementos fornecidos pelo Agrupamento de Escola de Góis, procurando atender às especificidades do território, à demografia escolar, à rede educativa existente e respetiva oferta, à rede de transportes/mobilidade existente e, sobretudo, à necessidade de potenciar mecanismos de promoção de igualdade, no acesso ao ensino, para todos os munícipes. Mais referiu que este respeita as condições de segurança relativas ao transporte de crianças/alunos, previstos na legislação em vigor, tendo subjacentes princípios de racionalidade e eficiência, procurando potenciar soluções racionais, economicamente ajustadas à realidade. Referiu ainda, que a concretização do Plano se inicia com o início do ano letivo e cessa com o termo da atividade letiva, definido pelo Agrupamento de Escolas de Góis de acordo com calendário fixado pelo Ministério da Educação. Durante a sua execução e tendo em vista o controlo da utilização dos recursos e a avaliação do serviço, será feita a sua monitorização em articulação com a escola e operadoras.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2019/2020, cuja cópia constitui o Anexo I da presente Ata, condicionado ao parecer do Conselho Municipal de Educação.-----

----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.3 – OBRAS PARTICULARES/CRISTIANO DE JESUS PEREIRA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 05.09.2019, relativa à legalização de obras levadas a efeito numa habitação, requerida por Cristiano de Jesus Pereira, Casal de Cima, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o licenciamento do processo de obras.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.4 – OBRAS PARTICULARES/CARLA CRISTINA M. F. E SILVA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 06.09.2019, relativa à aprovação das alterações ao projeto de arquitetura, requerida por Carla Cristina M.R. e Silva, Carvalhais, Vila Nova do Ceira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao projeto de arquitetura.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.5 – OBRAS PARTICULARES/LUÍS FILIPE MARTINS NEVES – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 17.09.2019, relativa à legalização de alpendre em habitação, requerido por Luís Filipe Martins Neves, Cabreira, União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o licenciamento do processo de obras.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.6 – OBRAS PARTICULARES/ANTHONY JOHN WIXON – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 17.09.2019, relativa à aprovação do projeto de arquitetura relativo à alteração de fachada e ampliação de moradia familiar, requerida por Anthony John Wixon, Rua Alice Sande nº 18, freguesia de Góis.----

----- A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supra mencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.7 – “REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA E RUAS ENVOLVENTES” – AUTO N.º 1 TRABALHOS A MENOS E RECEÇÃO

PROVISÓRIA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 17.09.2019, relativa ao Auto nº 1 Trabalhos a Menos e Receção Provisória da Requalificação da Praça da República e Ruas Envolventes.-----

-----A senhora Presidente referiu que agendou o presente assunto porquanto já foi proferido tanto pela senhora Chefe da DGUPA como pelo senhor Vice Presidente que o órgão com competências para autorizar uma determinada empreitada é o órgão competente para autorizar os Autos. Sendo que pondo à sua consideração o Auto nº 1 Trabalhos a Menos e Receção Provisória da Requalificação da Praça da República e Ruas Envolventes, entende que será a Câmara Municipal que terá que deliberar sobre o mesmo. Referiu ainda, que também terá que se proceder à vistoria a todos os trabalhos realizados.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, que referiu que quando da vistoria a esta empreitada deverá ser verificado se os trabalhos realizados estão nas devidas condições, tendo em consideração o alerta feito pelo munícipe José Augusto Oliveira Rodrigues quando do uso da palavra no ponto destinado ao Público.-----

-----A senhora Presidente referiu entender a proposta do senhor Eng.º Carlos Cabaço a qual se consubstancia na vistoria condicionada que é no sentido da empresa levantar o valor da caução da empreitada em causa, compreendendo que o montante em questão faça falta à empresa, porém também compreende que têm de cumprir com aquilo que é a missão da empreitada. Apresentou como exemplo que na Rua Cons. Dias Ferreira as portas de madeira existentes estão todas danificadas, sendo que deverá ter sido com o embate das pedras durante os trabalhos da empreitada. Pelo que desejava ter conhecimento de quando é

que irá ser a vistoria para também acompanhar e poder fazer referência a algumas situações, sendo a que mencionou um exemplo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Auto nº1 - Trabalhos a Menos, relativo à Requalificação da Praça da República e Ruas Envolventes.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.8 – PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU PONTE DE SÓTÃO/INÍCIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA –

Foi presente o Projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana/ORU de Ponte de Sótão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana/ORU de Ponte de Sótão, com as seguintes consequências:-----

-----1. Envio do documento aprovado, em simultâneo, para o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) para emissão de parecer não vinculativo no prazo de 15 dias;-----

-----2. Abertura de período de discussão pública, a promover nos termos previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua atual redação, para a discussão pública dos planos de pormenor, ou seja, o período de discussão pública deverá ser anunciado em Diário de República (DRE) com a antecedência mínima de 5 dias e decorrer pelo período mínimo de 20 dias (nº 2 do artigo 89º do RJIGT).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU DA ARU DA VÁRZEA GRANDE – VILA NOVA DO CEIRA/INÍCIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA –

Foi presente o Projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana/ORU da ARU da Várzea Grande – Vila Nova do Ceira.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o

Projeto do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana/ORU da Várzea Grande – Vila Nova do Ceira, com as seguintes consequências:-----

-----1. Envio do documento aprovado, em simultâneo, para o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) para emissão de parecer não vinculativo no prazo de 15 dias;-----

-----2. Abertura de período de discussão pública, a promover nos termos previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua atual redação, para a discussão pública dos planos de pormenor, ou seja, o período de discussão pública deverá ser anunciado em Diário de República (DRE) com a antecedência mínima de 5 dias e decorrer pelo período mínimo de 20 dias (nº 2 do artigo 89º do RJIGT).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – RELATÓRIO SEMESTRAL DO AUDITOR EXTERNO/SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – Foi presente o Relatório Semestral sobre a situação económica e financeira do Município, relativa ao 1.º semestre de 2018, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas, empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que no ponto V. Análise Económica e Financeira na parte do Ativo verifica-se um aumento de 361,83% relativo aos Clientes/Contribuintes/Utentes Cobrança Duvidosa que passou de 2.681,11€ para 12.382,25€, pelo que questionou o porquê da diferença substancial no valor.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que esta diferença já deve estar contemplada no 31.12.18, porquanto o Revisor de Contas solicitou no passado ano que fosse feita uma verificação geral ao que tínhamos contabilizado nas dívidas de terceiros normais e para que estas também fossem contabilizadas das dívidas de cobrança duvidosa, sendo que o valor em causa a 31.12.18 já teria aumentado comparativamente como o de 31.12.17.-----

-----O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu a existência de um aumento na rubrica de custos com o pessoal, porém é normal porquanto houve alterações remuneratórias e integração de pessoas, mas também há uma redução nos subsídios, fazendo referência a este facto na página 7 do documento. Na análise da execução orçamental referiu que a 30.06.19 se situava nos 66%, havendo o reparo para que a taxa de execução seja superior aos 85% sendo que a mesma não poderá ser inferior em dois anos consecutivos, realçando que no passado ano a mesma o foi. -----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que os 66% resultam de que o orçamento é dividido em dois sendo 50% do que está orçamentado indo buscar o valor da execução, ou seja, do que a Câmara Municipal tem orçamentado para um semestre com a execução que temos já temos uma de 66%.-----

-----O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio fez referência a que o PPI refere o valor de 795.100,00€ para a Proteção civil e luta contra incêndios, havendo o montante executado no valor de 48.819,10€ em 30.06.19, ou seja, de 6%. Referiu que no Ordenamento de território tem um valor associado de 90.000,00€ e apenas executado de 5.166,00€, sendo o valor associado ao saneamento de 161.600,00€ e executados de 1.491.23€ que se trata de um valor bastante baixo. Referiu que o PPI refere a baixa taxa de execução havendo objetivos que estão a ter um impacto muito grande e que têm uma taxa de execução muito baixa.-----

-----Dada a palavra, a senhora Chefe da DAG referiu que no que concerne à Proteção civil e luta contra incêndios referiu que a Estabilização após incêndios tem uma execução aquém daquilo que se esperava, sendo o que esta dotado é o valor relativo ao financiamento, sendo que o adjudicado é inferior, pelo que existe um valor que irá ser retificado, sendo que a execução da obra não está a decorrer conforme o previsto.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.11 – SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO/FUNDOS DISPONÍVEIS – A

Câmara tomou conhecimento da situação financeira do Município de Góis a 31.08.2019, de acordo com os dados constantes na informação da DAG, datada de 16.09.19, bem como dos esclarecimentos prestados pela senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

3.12 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia vinte e três de setembro do ano em curso, no montante de um milhão, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e quatro euros e sessenta e três centavos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES/ANO LETIVO 2019/2020; OBRAS PARTICULARES/CRISTIANO DE JESUS PEREIRA; OBRAS PARTICULARES/CARLA CRISTINA M. F. E SILVA; OBRAS PARTICULARES/LUÍS FILIPE MARTINS NEVES; OBRAS PARTICULARES/ANTHONY JOHN WIXON; “REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DA REPÚBLICA E RUAS ENVOLVENTES” – AUTO N.º 1 TRABALHOS A MENOS E RECEPÇÃO PROVISÓRIA; PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU PONTE DE SÓTÃO/INÍCIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA; PROJETO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA/ORU DA ARU DA VÁRZEA GRANDE – VILA NOVA DO CEIRA/INÍCIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta e sete minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
